


MÁRCIO DE SOUZA
FELÍCIO


ELIANE SILVA ALVES
OLIVEIRA


VINICIUS DE CASTRO
BRAGIONE


JOÃO BATISTA DE
CASTRO SAMPAIO
JUNIOR


JOSÉ GONZAGA
ALVES


ALYSSON CONTARINI
OLIVEIRA


GILSON GERMANIO


SEBASTIÃO CARLOS
GOMES GONÇALVES

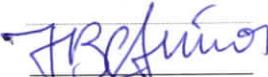

OSEAS URIEL
APOLINÁRIO

Ata da 13ª Reunião Ordinária do Período Legislativo de 2023, realizada no dia 05 de setembro de 2023, às dezoito horas, no Plenário da Câmara Municipal de Oratórios/MG. Após a oração inicial, verificou-se o quórum legal onde estavam presentes os seguintes vereadores: Márcio de Souza Felício, Eliane Silva Alves Oliveira, Vinicius de Castro Bragione, Jose Gonzaga Alves, Alysson Contarini Oliveira, Gilson Germânio, Sebastião Carlos Gomes Gonçalves, Oseas Uriel Apolinário e João Batista de Castro Sampaio Junior. O presidente declarou aberta a Sessão e colocou a ata da reunião anterior em discussão e em votação sendo a mesma aprovada por unanimidade dos presentes, realizada a leitura das correspondências seguiu com Leitura e votação do parecer referente ao projeto de lei nº 658/2023. O Presidente Marcio solicita a Dra. Caroline que realize a leitura, logo após o parecer foi votado e aprovado por unanimidade, dando sequência a ordem do dia discussão e votação do projeto de lei nº 658/2023 que “Institui o Código Tributário Municipal, consolida e altera a legislação tributária.” O presidente Marcio diz: eu convido o Sr. Reginaldo que está aqui presente para tirar as dúvidas existentes, o Sr. Reginaldo cumprimenta a todos e diz: e com muita alegria que estou em Oratórios para poder falar sobre o código tributário, o município quando foi emancipado eu tive a satisfação de participar da informatização e para fazer isso nós tínhamos que ter uma lei na época atualizada prevendo já toda tecnologia da época e assim foi feito o código tributário, Oratórios manteve sempre a tributação atribuída para os municípios sempre atualizada em termo de tecnologia, mas a legislação foi mudando a nível nacional e as leis foram implantadas mas ficou tudo separado , estava atualizado o município em termos de legislação mas com várias leis separadas, o parecer que foi feito está de parabéns porque já explica tudo, a constituição determina alguns tributos para união, alguns para o


MÁRCIO DE SOUZA
FELÍCIO

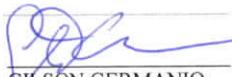

ELIANE SILVA ALVES
OLIVEIRA


VINÍCIUS DE CASTRO
BRAGIONE


JOÃO BATISTA DE
CASTRO SAMPAIO
JUNIOR


JOSÉ GONZAGA
ALVES


ALYSSON CONTARINI
OLIVEIRA


GILSON GERMANIO


SEBASTIÃO CARLOS
GOMES GONÇALVES


OSEAS URIEL
APOLINÁRIO

estado e alguns para o município, e dada a dificuldade de cobrar os tributos municipais muitas prefeituras deixam de cobrar ou então trabalha com a ficha , trabalha com o sistema bem arcaico ainda, mas Oratórios já está informatizado, o tribunal de contas corre os municípios para fazer um diagnóstico porque muitas prefeituras deixam a arrecadação por conta do estado e da união, , mas Oratórios já tem uma legislação e sempre cobrou os tributos próprios, então nesse diagnostico que o tribunal de contas fez no município viu que o cadastro imobiliário está atualizado, o sistema está informatizado , nota fiscal eletrônica, tudo em dia, mas alegou que a legislação estava toda espalhada, do código tributário pra cá mudou por exemplo a lista de ISS a nível nacional então foi feito uma lei e alterou e fez compatível com a lei 116, depois foram outras alterações no campo do ISS, por exemplo outros serviços que não tinha código tributário mas na lei a nível nacional tinha para cartório, colocador de piercing, guincho, então são serviços que foram aparecendo que eles foram descobrindo que não estava sendo tributado e eles foram colocando na legislação superior e o município teve que se adequar, com esse diagnóstico do tribunal de contas nós pegamos o código tributário que existia e toda as leis que existiam e nós fizemos uma única peça que é essa que está para votação, é a consolidação da legislação tributária, a mensagem que eu tenho e a seguinte estamos apenas consolidando para atender o que o tribunal de contas questionou na época para ficar ainda mais justo e perfeito a legislação, o vereador Sebastião diz; presidente na verdade eu observei bem na sua fala na última reunião que a gente teria um tempo maior para analisar essa modalidade de projeto que tem noventa páginas, Reginaldo colocou que não está criando nada, está atualizando e colocando tudo numa coisa só, mas dentro daquilo que eu até observei eu noto por exemplo algumas situações e algumas taxas que não existiam e estão sendo inclusas, então eu

MÁRCIO DE SOUZA
FELÍCIO

ELIANE SILVA ALVES
OLIVEIRA

VINÍCIUS DE CASTRO
BRAGIONE

JOÃO BATISTA DE
CASTRO SAMPAIO
JUNIOR

OSÉ GONZAGA
ALVES

ALYSSON CONTARINI
OLIVEIRA

GILSON GERMANIO

SEBASTIÃO CARLOS
GOMES GONÇALVES

OSEAS URIEL
APOLINÁRIO

tenho algumas coisas com a relação à ISS e ICMS , se eu tiver enganado você pode me corrigir você domina a matéria, ele está aqui na faixa de 5 % enquanto os municípios da nossa região a maioria é 3% , de forma que eu acho também o momento inoportuno, um momento que a situação não tem sido muito benéfica, a população tem andado muita defasada e eu como contador posso muito bem dizer, um outro momento que me deu uma certa tranquilidade na sua fala foi quando você falou que vai vigorar a partir de janeiro de 2024 então á um tempo pra gente fazer uma análise melhor do projeto , mas eu também não vi todas as matérias de minha dúvida ainda porque não deu tempo de estar estudando e um projeto extenso e eu quero comparar ele em relação ao anterior para ver o que de fato aconteceu, eu tenho notado aqui que algumas coisas e ele também disse com muita propriedade que está atualizando está fazendo , mas vai onerar, tem muita situação aqui que eu vejo de muita dificuldade para o comercio local, vejo dificuldade para o comercio ambulante, está tachando aqui a questão de eventos, execução de obras, está atualizando o valor venal dos imóveis na cidade anualmente, então é um projeto que tem que ser bem estudado falo por mim eu não respondo por outros vereadores nem estou manifestando contrário, eu acho que é uma matéria que requer um estudo mais amplo que a câmara possa fazer uma comissão para nos discutirmos, isso não pode ser assim entrou em uma reunião 15 dias e já anunciou a votação para hoje, respeito sua opinião você é o presidente da câmara você tem o domínio da pauta mas na data de hoje eu não voto esse projeto de forma nenhuma, eu tenho dúvidas e acho um tanto exagerado, eu até entendo Reginaldo mas eu acho que em matéria desse tipo tem que ter uma hora mais oportuna e querendo ou não isso vai repercutir, eu não estou aqui manifestando o meu voto contrário, estou dizendo da dúvida que eu tenho em relação ao projeto precisa ser

MÁRCIO DE SOUZA
FELÍCIO

ELIANE SILVA ALVES
OLIVEIRA

VINÍCIUS DE CASTRO
BRAGIONE

JOÃO BATISTA DE
CASTRO SAMPAIO
JUNIOR

JOSÉ GONZAGA
ALVES

ALYSSON CONTARINI
OLIVEIRA

GILSON GERMANIO

SEBASTIÃO CARLOS
GOMES GONÇALVES

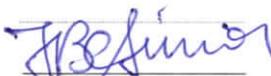
OSEAS URIEL
APOLINÁRIO

melhor discutido, espero que os outros colegas vereadores tenham alguma outra dúvida para poder aproveitar a vinda do Reginaldo até aqui, precisamos discutir essa matéria de forma melhor e eu me esforcei mas eu não consegui chegar aqui com todas as dúvidas , eu cheguei até na página 40 e anotei bastante situações para tirar as dúvidas e desde já eu pondero que querendo ou não se houver uma fiscalização que é o que tem que acontecer vai onerar a população Oratoriense, isso aqui eu não tenho dúvida nenhuma se cumprir na regra, e eu acho que deve ser cumprido desde que não onere de forma exagerada, então eu acho que ao final de ser estudado pelos vereadores ele poderia receber várias emendas, digo isso no intuito de melhorar o projeto a nível de taxa, a nível de pagamento do empresariado a população em geral, é isso que eu estive colocando desde o primeiro momento aproveitar a vinda do Reginaldo aqui mas votar eu acho um tanto quanto exagerado, o Sr. Reginaldo diz; o texto do código tributário se for observar ele é mesmo texto do que já está em vigor, o caso de atualização de tributos ele já acontece anualmente através de decreto do prefeito, quando colocou o valor nesse código tributário foi para seguir o princípio da anterioridade da lei, ele sendo aprovado agora ele vai vigorar ano que vem, então o eventual reajuste que teve foi já pensando de 2023 para 2024 foi o mínimo, a questão da alíquota de 5% que o vereador fez a observação e muito bem feita ,na questão da construção civil nos aproveitamos e consertamos algumas anomalias que tinha no município por exemplo empreiteira, quando vai fazer uma obra se a obra deu R\$100.000,00 ele pagava o ISS em cima desse valor, mas pela legislação anterior é superior ele teria que abater o custo do material porque o material já teve incidência de ICMS, por exemplo se ele compra uma porta, uma janela ou um piso já foi tributado esse material com ICMS, então para não acontecer o que estava acontecendo aqui a bitributação


MÁRCIO DE SOUZA
FELÍCIO

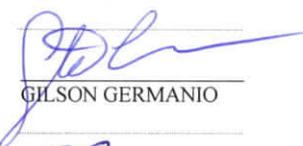

ELIANE SILVA ALVES
OLIVEIRA


VINÍCIUS DE CASTRO
BRAGIONE


JOÃO BATISTA DE
CASTRO SAMPAIO
JUNIOR


JOSÉ GONZAGA
ALVES


ALYSSON CONTARINI
OLIVEIRA


GILSON GERMANIO


SEBASTIÃO CARLOS
GOMES GONÇALVES


OSEAS URIEL
APOLINÁRIO

que e tributar de novo assim o ISS em cima do material foi colocado nessa peça, e pode na construção civil e isso já um direito que eles tinham no código tributário nacional e agora votando ai passa a ter e no preço do serviço abater o material que já teve incidência de ICMS , então por isso que houve essa troca da alíquota, e para não acontecer uma perda de arrecadação a alíquota que era 3% foi para 5% para compensar, mas as demais alíquotas continuam a mesma, e o valor venal do imóvel a tabela de plano de valores é a mesma, a legislação foi só compilada por uma peça só, e evidente acertando essas distorções e modernizando a peça para valer para mais uns 20 anos , o Presidente Marcio diz; vereador Sebastião eu falei que nós tínhamos um tempo a mais, foram 15 dias da última reunião até hoje e esse projeto chegou no dia 08, quer dizer que tem 27 dias então deu para analisar ,o Sr. Reginaldo está tirando as dúvidas então vou pedir a opinião do plenário se agente vota o projeto ou não, vamos começar com o vereador Vinicius , em seguida o vereador Vinicius diz: Marcio, eu entendo a colocação do vereador Sebastião com algumas dúvidas e entendo a necessidade do projeto, o Reginaldo está aqui a gente podia aproveitar mais e eu queria tirar uma dúvida antes também, Reginaldo essas taxas foram feitos estudos pelo pessoal da prefeitura? o Sr. Reginaldo responde; não teve nova tributação não, porque quando teve a nova constituição já ficou definido quais são os tributos que cabem ao município e quando foi feito o código em 1997 ele já estava dentro do princípio constitucional, não alterou em nada só pegou as outras leis que vieram alterando o código e colocou em uma peça só , você pode ver que ele está instituindo essa lei mas ele está copilando uma legislação que já existia, o vereador Vinicius pergunta : mas eu falo em questão de valores, aumento de percentual... o Sr. Reginaldo responde; o percentual que aconteceu uma variação foi essa da construção civil , porque o


MÁRCIO DE SOUZA
FELÍCIO


ELIANE SILVA ALVES
OLIVEIRA


VINÍCIUS DE CASTRO
BRAGIONE


JOÃO BATISTA DE
CASTRO SAMPAIO
JUNIOR


JOSÉ GONZAGA
ALVES


ALYSSON CONTARINI
OLIVEIRA


GILSON GERMANIO


SEBASTIÃO CARLOS
GOMES GONÇALVES

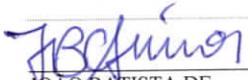

OSEAS URIEL
APOLINÁRIO

construtor vai poder abater o material coisa que antes ele não podia, e para não ter perda de arrecadação de 3% foi para 5% porque é a alíquota máxima permitida, e alinhou também as instituições financeiras no caso os bancos ,porque o banco também paga quanto quer então a prefeitura colocou também a alíquota acompanhando os municípios da região, agora demais IPTU, taxa de serviços urbanos, taxas de poder de polícia, isso e a mesma coisa, só mesmo copiou e juntou com a legislação já em vigor, o que provocou isso não é discutindo uma nova tributação no município , o que está fazendo é atendendo uma exigência do tribunal de contas para se colocar em uma peça só e o prefeito já tomou a iniciativa de fazer, e isso já está registrado em relatórios do tribunal de contas, o prefeito tomou iniciativa fez o projeto e tai agora e cabe evidentemente a Câmara aprovar e tonar a legislação atualizada, o Sr. Flaviano diz; Boa noite a todos, só fortalecendo a fala do Reginaldo que ano passado agente recebeu uma notificação ou um questionário do tribunal de contas com relação ao nosso código tributário, então por causa disso que nós tivemos essa iniciativa, todos os municípios eles recebem esse questionário todos os anos e ali e feito um estudo por parte do tribunal de contas dentro de toda área administrativa da prefeitura, contam todas as áreas e todas as secretarias, e a questão nossa de arrecadação tributária eles viram que estava tendo essa situação que precisava de fazer essa atualização dentro do código tributário, então nós tivemos essa iniciativa porque foi uma exigência do tribunal de contas, em seguida o vereador Sebastião pergunta; Reginaldo, o ISS no geral você mesmo colocou no máximo é 5% e aqui em Oratórios nessa proposta prevê o máximo de 5%, o Sr. Reginaldo responde; o ISS na constituição cabe ao município de 2% que e o mínimo e no máximo 5% a alíquota aqui ficou 3%, no caso da construção civil e que houve essa variação mas o ISS continua ainda 3% em cima da


MÁRCIO DE SOUZA
FELÍCIO


ELIANE SILVA ALVES
OLIVEIRA


VINÍCIUS DE CASTRO
BRAGIONE


JOÃO BATISTA DE
CASTRO SAMPAIO
JUNIOR


JOSE GONZAGA
ALVES


ALYSSON CONTARINI
OLIVEIRA


GILSON GERMANIO


SEBASTIÃO CARLOS
GOMES GONÇALVES


OSEAS ÚRIEL
APOLINÁRIO

prestação de serviços, o vereador Sebastiao diz; aqui conta construção civil 5% , diversões públicas 5%, serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro e serviços de intermediação com gênero 5%, e demais atividades 5%, o Sr. Reginaldo responde mas na tabela no anexo tudo 5%? O vereador Sebastiao responde: na tabela do anexo segundo, e também uma situação aqui do comercio atacadista, o Sr. Reginaldo responde: isso, você tem razão 5% é a alíquota máxima, isso foi baseado porque a maioria dos contribuintes do simples nacional eles são tributados pela união e ai já até foge dessa alíquota, o vereador Sebastiao pergunta: essas taxas até o servidor do setor está presente, diz "taxa para funcionamento em horário especial", "taxa para licença para veiculação de publicidade" , " taxa para licença de abate de animais", "taxa para licença de espetáculos e congênes", "taxa de licença para atividade econômica" , e essas contribuições aqui? Contribuição de melhoria, contribuição de iluminação pública, essas contribuições de iluminação publicam já não tem uma outra situação junto a Cemig relativo a essa taxa? O Sr. Reginaldo responde: quando foi instituído o código tributário era taxa de iluminação pública e ela foi dada incondicional ,quando chegou no supremo eles tiraram o nome de taxa e passaram para contribuição de iluminação pública e essa contribuição e arrecadada na conta de luz através do convenio da prefeitura com a companhia e ela e cobrada só de lote vago junto com IPTU , a Cemig arrecada junto com a conta de luz observando o convenio que foi feito, isso não mexeu em nada, e depois faz o acerto com o município, o vereador Sebastiao pergunta; então essa necessidade e para prefeitura cobrar da Cemig? O Sr. Reginaldo responde; a necessidade e de ter esse tributo instituído, porque pela constituição fala que todo tributo tem que ser instituído em lei, você institui e depois através do convenio faz a arrecadação, essas taxas de poder de polícia que você citou


MÁRCIO DE SOUZA
FELÍCIO

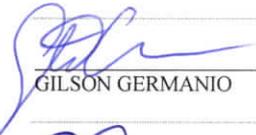

ELIANE SILVA ALVES
OLIVEIRA


VINÍCIUS DE CASTRO
BRAGIONE


JOÃO BATISTA DE
CASTRO SAMPAIO
JUNIOR


JOSÉ GONZAGA
ALVES


ALYSSON CONTARINI
OLIVEIRA


GILSON GERMANIO


SEBASTIÃO CARLOS
GOMES GONÇALVES

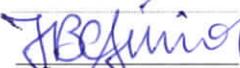

OSEAS URIEL
APOLINÁRIO

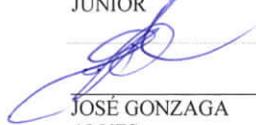
tem todas elas no código anterior e porque o código de postura prevê o horário de funcionamento do comércio, limpeza pública, sossego e o código tributário vem colocando valor para eventual necessidade de arrecadar, são as mesmas taxas tudo instituído no código anterior, o vereador Vinicius pergunta: o último código foi de qual data você sabe me informar? O Sr. Reginaldo responde: foi 1997, teve uma alteração em 2003 para adaptar a lei 116 que é a mudança da tabela de serviços e depois em 2005 também teve uma outra alteração e depois disso mais duas leis a 157 e 175 Federal que obrigava todos os municípios a adequar, e aqui não tomou essa providência então está aproveitando agora que está compilando e tomando as providências que é a inserção de outros serviços na lista como cartório, cartão de crédito, piercing e locação de bens móveis e aí com esse texto o município passa a estar atendendo o tribunal de contas e com a legislação em termos jurídicos adequado e de valor continua o mesmo, o vereador Sebastião diz; como eu te disse Reginaldo não deu para levantar todas as dúvidas, mas o que você pode me dizer de acordo com seu conhecimento a respeito dessa taxa de coleta de lixo? O Sr. Reginaldo responde; sim essa taxa já estava instituída, porque cabe ao município os impostos, as taxas e as contribuições das taxas elas são divididas em taxas de serviços públicos e a taxa de poder de polícia, a taxa de serviço público tem a coleta de lixo e a conservação de logradouro o que já é tributado, agora o fato gerador dela está quando fala das taxas, aí explica o que é a base de cálculos, colocou o fato gerador e aquilo que vai cair que na verdade não está inventado moda só está juntando, não criou nem uma taxa a mais e nem pode para não cair em responsabilidade fiscal de não cobrar taxa que já está instituído e são as mesmas o que juntou foi a legislação para atender a legislação superior, em seguida o vereador Vinicius pergunta: Reginaldo, essa questão de valores falando ainda da taxa de serviço


MÁRCIO DE SOUZA
FELÍCIO


ELIANE SILVA ALVES
OLIVEIRA

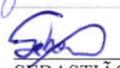

VINÍCIUS DE CASTRO
BRAGIONE


JOÃO BATISTA DE
CASTRO SAMPAIO
JUNIOR


JOSÉ GONZAGA
ALVES


ALYSSON CONTARINI
OLIVEIRA


GILSON GERMANIO


SEBASTIÃO CARLOS
GOMES GONÇALVES

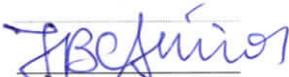

OSEAS URIEL
APOLINÁRIO

público de coleta de lixo residencial, comercial, prestação de serviço, industrial e religiosa um real por metro linear, como foi feita essa base de valor? Já cobra esse valor igual para todos? O Sr. Reginaldo responde: pegou o valor que era cobrado esse ano e atualizou na verdade arredondou ,era noventa centavos, e a taxa e cobrada por metro linear , e o custo do serviço para você pegar o lixo de um ou de outro se você somar o que é arrecadado não paga nem o óleo diesel do caminhão por mês, logo após o vereador Alysson pergunta: Reginaldo você disse mas pelo jeito só está juntando as taxas, pelo visto ouve aumento um bocado de 10% em um de 3% passou para 5% então ouve aumento, o Sr. Reginaldo responde: então teve um aumento na alíquota do ISS para não ter perda de arrecadação porque vai poder agora abater o material do preço, então para não ter perda, para não ter problema de responsabilidade fiscal, e o ajuste que teve foi porque esse ano aprovando essa peça o prefeito não vai fazer um decreto alterando o que foi aplicado pro ano que vem não, vai ser aplicado esse valor que está aqui escrito, então já fez uma previsão desse ano para ano que vem que foi esse arredondamento na verdade é um ajuste não teve nenhuma majoração, , o vereador Joao Batista pergunta: essa taxa de bens Reginaldo e o ITBI? O Sr. Reginaldo responde; o ITBI por ato oneroso é um tributo municipal isso ja e cobrado também continua os 2%, O presidente Marcio diz; não havendo mais dúvidas eu agradeço Sr. Reginaldo pela presença, O vereador Oseas pergunta: Sr. Presidente tem urgência nesse projeto? O Presidente Marcio responde: muita não, mas o projeto já está na casa a 27 dias, e como já está aqui em segunda discussão e votação eu vou tirar a dúvida com o plenário se vota hoje ou não, o vereador Joao Batista diz; presidente está a 27 dias na câmara, mas foi distribuído para nós a 27 dias? Porque geralmente distribui o projeto um dia antes da reunião então não tem 27 dias que está com


MÁRCIO DE SOUZA
FELÍCIO


ELIANE SILVA ALVES
OLIVEIRA


VINÍCIUS DE CASTRO
BRAGIONE


JOÃO BATISTA DE
CASTRO SAMPAIO
JUNIOR


JOSÉ GONZAGA
ALVES


ALYSSON CONTARINI
OLIVEIRA


GILSON GERMANIO


SEBASTIÃO CARLOS
GOMES GONÇALVES


OSEAS URIEL
APOLINÁRIO

os vereadores, o presidente Marcio diz; recebemos dia 08, vereador Vinicius você acha que votamos o projeto hoje ou deixamos para próxima? O vereador Vinicius responde: eu acho que o Reginaldo explicou bem, tirou algumas dúvidas por mim pode votar hoje, vereador Gonzaga diz; pelo que eu entendi que dá para fazer sequência do ano que vem já pegando desse lado que está feito, ai então também aprovo a votação hoje, em seguida o vereador Alysson diz; por mim espera a próxima reunião, ainda mais que vai ser só em 2024 que vai começar a valer, dá mais oportunidade para discutimos amplamente e analisar as questões porque houve algumas controvérsias aqui, o vereador Gilson diz; pelo que eu entendi o rapaz explicou as alterações que tiveram eu acho que foi muito bem explicado e por mim pode votar hoje, em seguida a vice presidente Eliane diz; por mim pode votar hoje, o vereador João Batista diz; na minha opinião é dar a oportunidade de mais uns 15 dias para os colegas analisarem melhor o projeto e discutir de uma forma mais ampla porque como o vereador Sebastião disse um projeto de 90 páginas não é fácil pra gente estar discutindo de uma hora pra outra, então fica para próxima na minha opinião, em seguida o vereador Oseas diz; eu acho que pode ficar para próxima porque não tem muita urgência, o vereador Sebastião diz; da minha parte nem da próxima, essa matéria exige muito e nós temos até o final de dezembro seis reuniões ordinárias, então não vejo necessidade, o projeto está claro que passa a vigorar em 01 de janeiro de 2024, então respondendo a sua pergunta Marcio votar hoje eu sou totalmente contrário, o vereador Vinicius diz; na minha opinião se tem algum colega com dúvida monta uma comissão para analisar o projeto outro dia, o presidente Marcio diz; então ficou empatado, eu vou desempatar, deixarmos para as próximas reuniões para tirar as dúvidas, o vereador Sebastião diz; inclusive presidente eu até sugiro que com o apoio da Dra. forme uma


MÁRCIO DE SOUZA
FELÍCIO


ELIANE SILVA ALVES
OLIVEIRA


VINÍCIUS DE CASTRO
BRAGIONE


JOÃO BATISTA DE
CASTRO SAMPAIO
JUNIOR


JOSÉ GONZAGA
ALVES


ALYSSON CONTARINI
OLIVEIRA


GELSON GERMANIO


SEBASTIÃO CARLOS
GOMES GONÇALVES

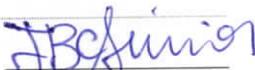

OSEAS-URIEL
APOLINÁRIO

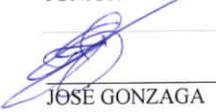
comissão para aproveitarmos a sequência das reuniões e sentar, eu gostaria de fazer parte dessa reunião, eu como contador acho que sou uma figura importante, acho que seria uma boa sugestão agente sentar e discutir, Dando sequência na ordem do dia Leitura e votação do parecer referente ao projeto de lei nº 659/2023. O Presidente Marcio solicita a Dra. Caroline que realize a leitura, logo após ser realizada a leitura o parecer foi votado e aprovado por unanimidade dos presentes, dando sequência a ordem do dia Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 659/2023 que “Autoriza a concessão de subvenções a associações de produtores rurais.” Não havendo mais dúvidas o presidente Márcio coloca o projeto em votação sendo o mesmo aprovado por unanimidade, dando sequência Leitura e votação do parecer referente ao projeto de lei nº 660/2023. Após ser realizada a leitura o parecer foi votado e aprovado por unanimidade, dando sequência Segunda discussão e votação do projeto de lei nº 660/2023 que “Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e dá outras providências.” o presidente Marcio diz; foi bem discutido na reunião anterior creio que não tenha dúvidas, sendo assim o presidente Marcio coloca em votação o projeto de lei nº 660/2023 que “Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e dá outras providências.” sendo o mesmo aprovado por unanimidade , dando sequência a ordem do dia Leitura e primeira discussão do projeto de lei nº 661/2023 que “Dispõe sobre a regulamentação da Assistência Financeira Complementar repassada pela União Federal visando dar cumprimento ao disposto na Lei Federal nº14.434, de 4 de agosto de 2022 que instituiu o piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira e dá outras providências.” o presidente Marcio solicita a Dra. Caroline que realize a leitura, logo após ser realizada a leitura


MÁRCIO DE SOUZA
FELÍCIO

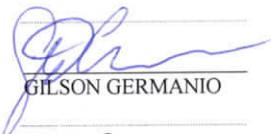

ELIANE SILVA ALVES
OLIVEIRA


VINÍCIUS DE CASTRO
BRAGIONE


JOÃO BATISTA DE
CASTRO SAMPAIO
JUNIOR


JOSÉ GONZAGA
ALVES


ALYSSON CONTARINI
OLIVEIRA


GILSON GERMANIO


SEBASTIÃO CARLOS
GOMES GONÇALVES


OSEAS URIEL
APOLINÁRIO

o presidente Marcio diz; eu convido o Sr. secretário de saúde Elias que está presente para tirar nossas duvidas, e a minha primeira dúvida é: caso o projeto seja aprovado vai ser pago o retroativo? o secretario Elias responde: Boa noite a todos, respondendo à pergunta, sim, como esfalecido em lei e de acordo com o repasse na união o pagamento será retroativo a 1 de maio, a vereadora Eliane pergunta: o pessoal está com dúvidas a respeito da cesta que a prefeitura faz para os funcionários, os enfermeiros vão ter essa sexta ou será cortada, como vai funcionar ? esse e um problema que não só está acontecendo em Oratórios mas também na região, os enfermeiros dos hospitais estão com essa dúvida pois não sabem se vão continuar recebendo ou não a sexta, o secretario Elias responde: então, a obrigatoriedade do município permanecera com vencimento básico que e pago hoje para classe então agente permanece com esse auxilio, em seguida o vereador Sebastião pergunta; Elias, o projeto e retroativo a maio, no momento que ele retroage a maio e está muito claro aqui que e a federação que irá passar essa diferença, eu acredito que você já tenha participado de reuniões e debates sobre esse assunto, como e que está procedendo isso, esse retroativo a maio? Vocês já têm acesso a algum recurso? Vocês têm segurança sobre essa situação? E mais do que justo, eu acho um projeto interessante e a gente está aqui e para isso discutir e aprovar, mas o que você tem a me dizer sobre isso, você está confiante? A federação já se matem ativa está disposta para custear , porque está muito claro aqui que a responsabilidade do município e naquilo que tem hoje, vai ser passado a medida que o governo federal fazer o repasse para o município, o secretario Elias responde; então, esta pactuado na portaria final de agosto, é o dever da união fazer esse complemento , essa diferença entre o piso e o vencimento é básico será feito pela união e nós temos já em conta, já depositado agora no dia 23 de agosto parte desse dinheiro, e

MÁRCIO DE SOUZA
FELÍCIO

ELIANE SILVA ALVES
OLIVEIRA

VINÍCIUS DE CASTRO
BRAGIONE

JOÃO BATISTA DE
CASTRO SAMPAIO
JUNIOR

OSÉ GONZAGA
ALVES

ALYSSON CONTARINI
OLIVEIRA

GILSON GERMANIO

SEBASTIÃO CARLOS
GOMES GONÇALVES

OSEAS URIEL
APOLINÁRIO

explicando como funciona a forma do governo trabalhar hoje nos somos divididos em duas equipes a atenção primaria que é a equipe de saúde da família essa e de responsabilidade total do município, sou eu que alimento o sistema e lancei todas as indicações para que a união pudesse repassar o dinheiro, e também temos o pessoal que trabalha com urgência e emergência essa é determinada como gestão dupla ela é de responsabilidade tanto do município quando do Estado então esse dinheiro quem vai repassar é o estado, esse dinheiro que vai cair para o PSF ele veio direto da união para o fundo municipal e já está em conta, o dinheiro que vai cair para equipe de urgência e emergência ele veio da união para o estado e este tem o prazo de 30 dias para repassar esse dinheiro para o município, então temos hoje em conta que e para equipe do PSF, mesmo assim não são todos porque os critérios quem determina é o Ministério da Saúde, nos apenas informamos os vencimentos básicos e as outras informações que os sistema pede, mas quem determina a questão de carga horaria, a questão do cadastro dentro do conselho é o ministério da saúde, no entanto as nossas equipes hoje estão distribuídas da seguinte forma 7 profissionais que atuam na saúde e 7 que trabalham na urgência e emergência, desse dinheiro que caiu que e da equipe de saúde da família caiu apenas para 5 profissionais outros dois profissionais tiveram pendencia e essas pendencias foram justificadas pelo ministério da saúde ao qual agente entrou em contato e corrigiu, uma com problema no conselho ao qual agente corrigiu e outra na questão de carga horaria, no momento o ministério da saúde reconhecia que a carga horaria justa era de 79 horas semanais, isso já foi corrigido depois que o STF entrou em contato e fizeram as negociações essas 79 horas foram alteradas para 88 horas, então esses profissionais que ficaram sem essa parcela no caso referente ao retroativo de maio será corrigido na parcela de setembro, nós temos em conta o valor

MÁRCIO DE SOUZA
FELÍCIO

ELIANE SILVA ALVES
OLIVEIRA

VINÍCIUS DE CASTRO
BRAGIONE

JOÃO BATISTA DE
CASTRO SAMPAIO
JUNIOR

JOSÉ GONZAGA
ALVES

ALYSSON CONTARINI
OLIVEIRA

GILSON GERMANIO

SEBASTIÃO CARLOS
GOMES GONÇALVES

OSEAS URIEL
APOLINÁRIO

que e para equipe do PSF o valor que e referente a equipe de urgência e emergência ainda não foi repassado pelo estado, o estado tem seus critérios e o modelo de repasse que e feito através de resoluções, então estamos aguardando o recebimento dessas resoluções, mesmo assim a gente tem ciência que desse repasse somente dois foram contemplados os outros cinco o valor não caiu mas ainda não temos a justificativa pois o estado é que vai passar o motivo para podermos fazer a correção, esse repasse será feito todo mês até o dia 10 assim como foi dito pelo ministério da saúde, ele entra até o dia 10 para fazer o deposito na conta do município e agente então todo mês nos temos o dever de fornecer as informações, o vereador Sebastiao pergunta; então a rotina a folha de pagamento dos profissionais envolvidos nesse projeto vai ocorrer normalmente no dia certo do pagamento dos servidores municipais? e eles ficarão atrelados a esse repasse por exemplo se no dia 10 o governo cumpriu o compromisso imediatamente posterior ao dia 10 vocês farão o repasse aos funcionários, o secretario Elias responde; exatamente esse dinheiro que já esta em conta nos vamos estar fechando o mês de setembro, será feito o pagamento de setembro junto com os retroativos no começo de outubro, o vereador Sebastião pergunta; nas reuniões e nos debates que você participou essa medida do governo ela tem prazo de vigência para o município adequar e com o próprio recurso pagar o que os profissionais merecem? O secretario Elias responde; foi estabelecido até então que nós temos a garantia do ano de 2023 até final de dezembro, são nove parcelas que serão distribuídas para os municípios dentre essas nove já estão inclusas duas de dezembro que e referente ao 13º e a partir de dezembro terão uma nova portaria para o ano de 2024, os valores que temos em conta para pagamento desses funcionários estão em planilha e são vinculados ao cpf e nos trabalharemos da forma mais transparente, assim que

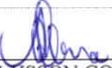

MÁRCIO DE SOUZA
FELÍCIO

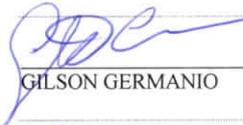

ELIANE SILVA ALVES
OLIVEIRA


VINÍCIUS DE CASTRO
BRAGIONE


JOÃO BATISTA DE
CASTRO SAMPAIO
JUNIOR


JOSÉ GONZAGA
ALVES


ALYSSON CONTARINI
OLIVEIRA


GILSON GERMANIO


SEBASTIÃO CARLOS
GOMES GONÇALVES


OSEAS URIEL
APOLINÁRIO

os valores caírem essas planilhas vão ser repassadas a esses profissionais, e os funcionários que estavam pendentes não foram lesados em momento algum, agente já entrou com a planilha novamente e corrigimos e estamos aguardando a liberação da carga horaria, os funcionários que estavam pendentes eu conversei pessoalmente com cada um e deixamos claro que e de total responsabilidade do ministério da saúde, porque nós não temos acesso aos critérios que eles determinam só é informado que não foi contemplado e o motivo, automaticamente agente envia o e-mail e solicita a correção, referente a equipe da urgência e emergência agente fica um pouco digamos distante porque e de total responsabilidade do estado, no caso quem preenche e a regional De Ponte Nova a secretaria do Estado, e da mesma forma quando retorna eles passam para nos, em seguida o vereador Alysson pergunta; Elias férias de janeiro e 13º como vai funcionar? O secretario Elias responde; o 13º referente ao que e repassado pela união já está na programação as férias ainda não, o vereador Sebastiao pergunta: agente entende que isso vai acabar acontecendo mas e importante que o município qualquer que seja o gestor já se posicione porque ao meu ver eles vão segurar durante determinado tempo mas vai querer que o município uma vez que o servidor é municipal ele mesmo custei as despesas , pelo que você entende o que você acha? O caminho e exatamente esse? O secretario Elias responde; eu acredito que sim a logo prazo, porque temos acompanhado e uma disputa de gente grande, nos estamos acompanhando até porque envolve a questão dos hospitais que atendem 60% sus e envolve pessoas de grande porte que vão lutar, porque para dentro do município é memos complexo, mas para um hospital se manter nesse valor sozinho o impacto e bem maior. O presidente Marcio diz; Elias agradeço a sua presença e de toda a equipe da enfermagem, e na próxima reunião vamos te convidar

